

O nome do Brasil

Vera Cruz, Terra dos papagaios, Santa Cruz... a indefinição em nomear as terras descobertas por Cabral revela a disputa entre humanistas e comerciantes em pleno expansionismo português do século XVI

Laura de Mello e Souza

Quando Pedro Alvares Cabral e seus homens chegaram à costa da atual Bahia em 1500, não havia, claro, nem Brasil nem brasileiros. Pode ser, como querem muitos historiadores, que outros tenham andado por ali antes, mas disso não ficou registro consistente, e foram Pero Vaz de Caminha e Mestre João os autores das primeiras narrativas sobre a nova terra e seu céu: Mestre João tomou posse dele para os portugueses e realizou a primeira descrição européia exata do Cruzeiro do Sul, a “mais famosa constelação de todos os novos céus”, como disse a historiadora Patricia Seed.

A idéia geral sobre o espaço físico era então vaga, falha nos detalhes, e os portugueses se empenharam em suplantá-la por décadas, o que os ocupou bem mais do que o aproveitamento econômico da terra. As expedições de exploração da costa, enviadas desde 1501 e durante os vinte primeiros anos do século XVI, deram nome a acidentes geográficos e mediram as latitudes de norte a sul, trazendo contribuições decisivas para reforçar a idéia de que se tratava de um continente. Como os portugueses, antes de 1525, conheciam a costa sul americana do Atlântico muito mais do que os espanhóis, estavam em vantagem na disputa pelo controle político dos espaços do Novo Mundo.

Nessa época, nenhuma preocupação consistente com o povoamento surgiu e Portugal, que só tinha olhos para o Oriente, considerou a terra uma espécie de *espaço-reserva* para atividades posteriores – espaço fragmentado, que nada tinha da unidade de hoje. A fluidez do direito internacional e da diplomacia, por um lado, e a nascente concorrência internacional, por outro, não permitiriam, contudo, que a área tão vasta ficasse guardada para o futuro. Mal iniciava o século XVI e os espanhóis já exploravam a costa nordeste da América do Sul. Os franceses também não tardaram, contestando a divisão luso-espanhola do globo e enviando navios para o Atlântico Sul. Acabaram, assim, decidindo a sorte das terras achadas por Cabral: carregando, pelo menos desde 1504, os navios de armadores normandos e

bretões com pau-brasil, e estabelecendo, em 1555, uma colônia na baía de Guanabara; eles despertaram o interesse português pelo Atlântico Sul.

O início da colonização, após 1530, não criou a unidade, e foram várias as frentes colonizadoras que se abriram, mais ou menos independentes, quase sempre auto-contidas, isoladas, comunicando-se mais facilmente com a Corte – como é o caso das terras ao Norte – do que umas com as outras. Se as capitanias hereditárias, cedidas pela Coroa a particulares, foram no início da vida da terra a expressão dessa configuração espacial, o sentido de fragmentação e isolamento persistiu por séculos, sendo uma das feições dominantes do território brasileiro até praticamente o século XX.

A tantas indefinições somava-se a falta de um nome certo. Entre 1351 e 1500, os mapas europeus mostram o nome *Brasil* e variantes dele – *Bracir*, *Bracil*, *Brazille*, *Bersil*, *Braxili*, *Braxill*, *Bresilge* – designando, em lugares diferentes, uma ilha ou até três, expressando um horizonte geográfico ainda mítico, como o das ilhas Afortunadas e tantas outras miragens que a prática navegadora e a experiência acabariam por dissipar. Assim, primeiro houve o nome, depois o lugar que foi nomeado.

Por curto tempo, ocorreu uma denominação que não vingou, adotada nas cartas de Pero Vaz de Caminha e de Mestre João, ambas de 1 de maio de 1500: *Vera Cruz*; usada, é verdade, por alguns italianos nos primeiros anos após as viagens de Cabral e de Américo Vespúcio. Depois, durante os trinta anos seguintes, pelo menos três denominações se sucederam nos mapas e nos escritos sobre o novo achado do rei de Portugal. Ainda entre os italianos, após 1501, quando chegou do Oriente a armada de Cabral, a terra foi referida como *Terra dos Papagaios*, como aparece no globo de Schöner em 1520 e no de Ptolomeu, de 1522. Quando d. Manuel enviou aos sogros, os Reis Católicos, uma carta narrando o achamento, em 1501, foi o nome de *Santa Cruz* que utilizou, e desde então outros fizeram o mesmo. Por fim, em 1512, começou a surgir o termo *Brasil* para designar em âmbito oficial a América portuguesa, tornando-se cada vez mais freqüente daí em diante e consagrando-se oficialmente entre 1516, quando d. Manuel investiu Cristóvão Jaques nas funções de "governador das partes do *Brasil*", e 1530, quando d. João III designou Martim Afonso de Sousa governador da terra: "Martim Afonso de Sousa do meu conselho capitão-mor da armada que envio à terra do *Brasil*".

Olho

Numa época marcada pelas reformas e perseguições religiosas, a luta entre Deus e o Diabo aparece identificada com a nova colônia

Certa flutuação de nomenclatura, contudo, continuou a existir, seja em escritos, seja em mapas. No do visconde de Maiolo, de 1527, aparecem as duas designações, combinadas numa fórmula só: "*Terra Sante Crusis de lo Brasil e del Portugal*". O aspecto mais curioso dessa indefinição inicial é a “disputa” que dividiu humanistas e comerciantes, a partir de meado do século XVI, e que teria vida longa. Apesar de intuída pelo historiador português Antonio Baião, essa disputa nunca foi estudada e o fato de ter-se estendido no tempo atesta sua importância e interesse. Como não podia deixar de ser em época onde o plano espiritual e o temporal apresentavam-se de forma indistinta, e numa conjuntura histórica marcada pelas reformas e perseguições religiosas, era também religiosa a linguagem e a forma de abordar o assunto.

Tudo indica ter sido João de Barros o fundador de uma tradição, perpetuada depois por outros autores, onde a luta entre Deus e o Diabo aparece identificada com o surgimento da colônia luso-brasileira. Conta o humanista que Cabral chamou-a de *Santa Cruz*, homenageando assim o Lenho Sagrado (tronco de madeira) e inscrevendo o sacrifício de Cristo na gênese da terra encontrada, que ficava assim toda ela dedicada a Deus, como a expressar as grandes esperanças na conversão dos gentios.

Mas os acontecimentos tomaram rumo diverso. Se a cruz erguida naquele lugar durou algum tempo, o demônio logo começou a agir para derrubá-la, pois não queria perder o domínio que tinha sobre a nova terra: valendo-se do fato que carregamentos cada vez maiores de pau-brasil chegavam a Portugal, trabalhou para que o nome da madeira predominasse ao do lenho no qual morrera Jesus, vulgarizando-se na boca do povo. Assim, era como se importasse mais “o nome de um pau que tinge panos” do que o “daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos por que somos salvos, pelo sangue de Cristo que nele foi derramado”.

Condenando o apreço excessivo à atividade comercial, João de Barros clamava contra o triunfo de princípios seculares (**autor: leigos ou profanos?**) sobre os religiosos, querendo corrigir tanto o rumo tomado pela expansão portuguesa quanto o nome que ia ganhando prestígio popular para designar as terras “descobertas” por Cabral. Como não podia se vingar do demônio de outra forma, Barros advertia seus leitores “da parte da cruz de Cristo Jesus” para que se

empenhassem em devolver à terra “o nome que com tanta solenidade lhe foi posto, sob pena de a mesma cruz que nos há de ser mostrada no dia final, os acusar de mais devotos do pau-brasil que dela”. E finalizava, celebrando o providencialismo da expansão: “E por honra de tão grande terra chamemos-lhe província, e digamos a Província de *Santa Cruz*, que soa melhor entre prudentes que *Brasil*, posto por vulgo sem consideração e não habilitado para dar nome às propriedades da real coroa”.

As considerações de João de Barros sobre a viagem de Cabral e o Brasil encontram-se na primeira *Década*, publicada em 1552. Dois anos depois, Fernão Lopes de Castanheda sintetizaria a mesma idéia na sua *História da Índia*, e em 1556 Damião de Góis também se estenderia sobre a questão na *Crônica de D. Manuel*, repetindo a superioridade do nome de *Santa Cruz* sobre o de *Brasil*. Na mesma época, d. Jerônimo Osório frisou que Cabral desejou celebrar a Santa Cruz ao nomear a nova terra, que acabou por se chamar *Brasil*. Todas essas evidências revelam que os humanistas portugueses, preocupados com o problema da expansão, acabavam discorrendo sobre a nomenclatura da terra brasílica, o que parece ter sido decisivo na sua fixação definitiva.

João de Barros recebeu em 1535 duas capitanias na nova terra, uma em sociedade com Aires da Cunha – a do Maranhão – e uma para si, a do Rio Grande do Norte. Tudo indica que nunca esteve nelas nem em qualquer outra parte da América, ao contrário de um outro humanista, Pero de Magalhães Gandavo, que teria permanecido cerca de seis anos em Salvador como provedor da Fazenda e que, em 1575, manifestou concepções análogas às do autor das *Décadas* na *História da Província de Santa Cruz*.

Autor dessa importante crônica dos primeiros anos da terra, Gandavo mostrava-se igualmente inconformado com o nome que vigorava na designação da Colônia – *Brasil* -, acreditando não haver razão para negar ou esquecer o nome originalmente dado, já naquela época eclipsado “tão indevidamente por outro que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o pau da tinta começou de vir a estes reinos”. Para magoar “ao Demônio, que tanto trabalhou e trabalha por extinguir a memória da Santa Cruz e desterrá-la dos corações dos homens, mediante a qual somos redimidos e livrados do poder de sua tirania”, Gandavo propunha que se restituísse à terra o nome antigo, chamando-a – daí o título de seu livro - *Província de Santa Cruz*. Aos ouvidos cristãos, concluía, soava melhor o nome “de um pau em que se obrou o mistério de nossa redenção que o doutro, que não serve de mais que de tingir panos ou cousas semelhantes”.

Gandavo foi um propagandista da colonização, escrevendo, por isso, uma história onde as riquezas e as potencialidades da terra incitariam pessoas pobres a virem povoá-la. Na sua concepção - que o historiador Capistrano de Abreu chamou “teológica” mas que foi, sobretudo, típica de seu tempo e da indistinção então vigente entre o sagrado e o profano -, colonização não podia ser entendida sem cristianização, nem descobrimento sem providência divina. Deus tinha, desde muito cedo, dedicado a terra à Críandade: na passagem em que trata do nome da terra e lamenta o triunfo da designação comercial sobre a religiosa, Gandavo acrescenta um aspecto novo, ausente dos demais textos. Lembra que o nome de *Santa Cruz*, dado inicialmente por Cabral, fazia sentido não apenas em razão da primeira missa ter sido rezada no dia 3 de maio, data da comemoração do Lenho Sagrado, mas porque as terras descobertas por portugueses cabiam à Ordem de Cristo, cujos cavaleiros traziam no peito a cruz por insígnia. Não havia pois como negar à colonização o seu caráter sagrado, que deveria se refletir no nome da terra a colonizar.

Antes da *História da Província de Santa Cruz* – cujo título é acompanhado do complemento *a que vulgarmente chamamos Brasil* - , Gandavo escrevera um *Tratado da Terra do Brasil*, provavelmente redigido em 1570. No transcurso de cinco anos, portanto, mudara de posição e passara a considerar preferível a designação religiosa, sinalizando, como João de Barros, que a outra, comercial, se impusera por obra do vulgo e não deveria, nessa qualidade, ser endossada por homens doutos e pios.

Houve porém homens religiosos que, à época, ficaram fora dessa discussão. Importantes textos jesuíticos da segunda metade do século XVI ignoraram a questão e não hesitaram em abraçar a nomenclatura que se ia consagrando, ou seja, a referida ao pau de tinta. Para Manuel da Nóbrega, o *Brasil* ainda era plural: “A informação que destas partes do *Brasil* vos posso dar...”, escrevia na *Informação das Terras do Brasil*, de 1549. José de Anchieta teria atitude semelhante, anos depois. Na *Informação do Brasil e de suas capitânias*, de 1584, resolve o problema de forma direta e sem delongas: “Os primeiros portugueses que vieram ao *Brasil* [no singular] foram Pedro Álvares Cabral com alguma gente em uma nau que ia para a Índia Oriental no ano de 1500 [...]. E toda a província ao princípio se chamava *Santa Cruz*; depois prevaleceu o nome de *Brasil* por causa do pau que nela há que serve para tintas”. Naquele momento, a guerra dos nomes não era assunto de padres catequistas, para quem as lutas entre Deus e o Diabo tinham um

sentido bem mais concreto, encarnando-se no esforço cotidiano - e cada vez mais estéril... - de converter almas para as vinhas do Senhor.

Outro jesuíta célebre, o padre Fernão Cardim, também adotou sem problemas a designação de *Brasil* nos seus textos, ignorando a questão da nomenclatura anterior. *Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notáveis que se acham assim na terra como no mar*, e *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias* devem ter sido escritos por volta de 1585, e foram publicados quarenta anos depois numa coletânea do inglês Samuel Purchas, denominada *Pilgrimages*. Contemporâneos da *Informação* de Anchieta, neles o *Brasil* também figura no singular: a parte começava a se tornar um todo devido à colonização que avançava, aproximando os portugueses de um e de outro lado do Atlântico. Tornou-se célebre a frase que abre o capítulo XXV *Do clima e terra do Brasil*: “Este *Brasil* é já outro Portugal...”.

Na *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, obra de 1587 considerada a mais importante do século XVI, a referência à nomenclatura dupla aparece pela primeira vez numa perspectiva distinta, secular e histórica. O relato do descobrimento é factual e objetivo, explicando-se o nome de *Santa Cruz*, sob o qual a província foi nomeada por “muitos anos”, devido à cruz erguida no local quando da primeira missa rezada a mando de Cabral. Nada se diz de diabos, luta entre o Bem e o Mal, entre o sacrifício de Cristo e o vil comércio. Quase quarenta anos depois, em 1618, o *Diálogo das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão, apresentaria posição análoga, acrescentando mais um elemento – a identificação da terra com o continente, retomada apenas no século seguinte. “Essa província do *Brasil* é conhecida no mundo todo com o nome de América”, diz um dos personagens do *Diálogo*, registrando outro fato interessante: na época, o rei e “os senhores dos Conselhos” [a administração, portanto] usavam nos documentos oficiais o nome conciliador de *Terra de Santa Cruz do Brasil*.

Mas a nomenclatura comercial não suplantaria de imediato a mística. Ambas conviveram por longo tempo, tanto nos despachos dos Conselhos reais quanto nas páginas dos livros que os letrados da época escreveram sobre a nova terra. E assim se chega à primeira *História do Brasil* digna do nome, escrita pelo franciscano frei Vicente do Salvador, em 1627. A primeira vista, frei Vicente filia-se à tradição fundada por João de Barros, segundo a qual o Diabo conseguira substituir a Santa Cruz pelo pau de tinta. Há, porém, duas diferenças substanciais no texto do franciscano: a perda do controle demoníaco sobre os homens não valia para a nova descoberta, onde os habitantes eram ainda gentios e, nessa condição, sujeitos

potenciais do Diabo; por isso, a catequese era necessária, transformando gentios em fiéis e fortalecendo a Igreja. Se o *topos* (autor: tema, lugar síntese do discurso?) era repetido, o contexto histórico fazia com que mudasse de significado e entre João de Barros e frei Vicente o processo de colonização lançara raízes.

A tensão entre Deus e o Diabo era mais do que mera retórica para frei Vicente, mas o que o levava a justificar a restauração do primeiro nome, *Santa Cruz*, era a necessidade de recolocar a colonização nos trilhos: o vício do nome funcionava, assim, como metáfora ao vício mais fundo da colonização. E de quem seria a culpa da colonização ter desandado? Para uns, era dos reis que, intitulando-se senhores da Guiné, “nem o título quiseram” do *Brasil*, dando-lhe pouca atenção depois que d. João III, esse sim um povoador, desaparecera. Desde então, a Coroa só cuidara de “colher as suas rendas e direitos”. Para outros, era dos povoadores, que não conseguiam se fixar de fato na terra e, uma vez ricos, só pensavam em levar tudo para Portugal, privilegiando o interesse privado e não o público.

Esses últimos exemplos - Ambrósio Fernandes Brandão e frei Vicente - mostram que conteúdos mais *secularizados* já se manifestavam sob a superfície das formas de cunho místico, mas ainda não conseguiam prescindir delas. Havia limites à *secularização* do pensamento, parecendo contraditório e intrigante que religiosos como Nóbrega, Cardim ou frei Vicente se incomodassem menos com a perda da nomenclatura mística em favor da comercial do que letrados como João de Barros ou Gandavo. Essa contradição aparente se deve ao fato de o humanismo do renascimento português ter combinado o civismo – que valorizava o bem comum, a *república* – ao messianismo salvacionista, acentuado após a derrota de d. Sebastião em Alcácer-Quibir.

Nesse novo contexto, o embate entre o Santo Lenho e o pau-brasil perderia muito do sentido original, inteligível apenas no ambiente do humanismo português e dos conflitos entre letrados burocratas e mercadores. Dele se conservou o aspecto mais evidente, de cruzada do Mal contra o Bem. Em Gandavo, é um *topos* já meio esvaziado; em frei Vicente, é um invólucro para o esforço reinterpretao do sentido da colonização portuguesa na América, onde se procurava dar a César o que era de César, e a Cristo o que era de Cristo.

LAURA DE MELLO E SOUZA *é professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo e autora do artigo **O nome do Brasil**, publicado na Revista de História, n. 145, USP, 2001.*

(USP, 2001

Para saber mais: [enviar, por favor, 3 a 4 livros sobre o tema]